

## **CAPÍTULO 13**

### **DIÁRIOS COMO ATUANTES EM NOSSAS PESQUISAS: NARRATIVAS FICCIONAIS IMPLICADAS**

*Benedito Medrado; Mary Jane Spink e Ricardo Pimentel Mélo*

Neste capítulo, dialogamos sobre um importante parceiro de pesquisa, que tradicionalmente denominamos de diário de campo.

Muitas vezes, os diários ocupam muito do nosso tempo e, caso não se configurem como estratégia principal em nossas pesquisas, tendem a ser incluídos naquilo que costumeiramente chamamos de conjunto de informações que nos auxiliaram na produção da análise, ou seja, em bom português: sobras que não sabemos onde encaixar, ou que não sabemos como incluir em nossas pesquisas.

Nessa perspectiva, a partir de um passeio por diferentes usos que se tem feito desse instrumento, no curso da história, e de uma discussão sobre o estatuto dos diários como atuantes em nossas pesquisas, apresentamos algumas discussões sobre limites e possibilidades no uso desses diários, compreendidos como parceiros que se movimentam em forma de texto narrativo, ficcional e implicado.

#### **Sobre o tempo longo dos diários: breve histórico**

Os diários podem ser compreendidos como anotações pessoais sobre acontecimentos marcantes ou sobre experiências do dia a dia. Essa produção discursiva, além de diversa, tem longa história.

Escritos supostamente para uso particular, essas inscrições de gênero confessional se inscrevem no movimento de “escrita implicada” (HESS, 2006) no qual se inserem as memórias, os escritos autobiográficos, os diários pessoais, as correspondências etc. Originalmente, esses textos eram trancados a sete chaves, escondidos da vista de outros, em lugares secretos; por vezes, literalmente trancados à chave.

Tais produções de “caráter íntimo” têm origens que se confundem com as da própria literatura, sendo sua maior expressão o romantismo do século XVIII, em livros como *As confissões*, de Jean-Jacques Rousseau (MACHADO, 2011).

Alguns desses diários tornaram-se testemunhos preciosos de eventos sociais. É o caso do diário de Samuel Pepys, funcionário público inglês do século XVII, que produziu seus escritos durante dez anos, a partir de janeiro de 1666. Nesse período, relatou em detalhe a epidemia de cólera de 1665 (conhecida como “A grande praga”) e o incêndio de Londres, em 1666. A publicação desses diários é considerada de imenso valor histórico.

Sob a forma de diários há também os registros com fins de fiscalização e a compilação de informações para uso náutico, produzidos pelos cartógrafos nas navegações de longo percurso. Trata-se dos *log books* marítimos, nos quais eram anotadas informações sobre o percurso do navio. No *site* do Instituto Camões, há uma breve história sobre a maneira como essa expressão veio a ser consolidada a partir do século XVII.

*O Diário de Bordo* é pois um registro, mais ou menos regular, dos dados da navegação de um determinado navio, onde constarão rumos, singraduras, registros de observações astronômicas, posições observadas ou estimadas, manobras, aspectos meteorológicos e outras tantas efemérides consideradas como importantes para a boa condução da navegação e para uma informação posterior sobre a viagem.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Esse mesmo *site* informa que “[...] a designação Diário de Bordo suscita controvérsia junto de alguns historiadores, sobretudo porque é tardio o uso do termo de forma sistemática, e os exemplos precoces são passíveis de uma outra

Vale ressaltar que esses diários de bordo foram fundamentais para as navegações do século XVI, entre o “velho” e “novo” continentes, as quais resultaram na fundação/exploração de muitas nações, inclusive o Brasil. Além desses registros técnicos, destacam-se as cartas dirigidas ao monarca português, a partir das quais se descreviam as condições e os hábitos da comunidade acessada. A emblemática carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Dom João VI é um exemplo dessas produções que, na mesma medida, descreviam, inscreviam e prescreviam práticas.

Porém, a prática de produzir diários não se resumia aos relatos/inscrições de experiências. Há uma modalidade mais próxima à produção acadêmica, em que os diários se configuram como anotações para sistematizações futuras. É o caso do filósofo John Locke, filósofo do século XVII, que durante a vida escreveu em um diário as reflexões que alimentaram seus escritos filosóficos.

As cartas também podem ser enquadrar nesse tipo de “diarismo”. Por exemplo, Maquiavel guardava cópia de sua correspondência com os príncipes de Florença, material que utilizou em seus escritos políticos. Essa prática era comum, sobretudo antes da era digital, e, vez por outra, temos notícias de correspondência entre políticos, cientistas, pesquisadores etc. que se tornam conteúdos preciosos para compreensão dos aportes teóricos de seus autores: as correspondências entre Freud e Fliess é exemplo dessa prática.

Remi Hess (2006, 2009), autor vinculado à psicologia institucional, relata que uma das primeiras formas sistemáticas de uso de diários tem como objetivo a formação dos jovens. Foi o caso de Marc-Antoine Jullien,<sup>2</sup> que, em 1808, no livro *Ensaio sobre o método...*,

---

classificação, mostrando-se algo desenquadrados do conceito que vem a cimentar-se no século XVII, e permanece até à actualidade com uma organização e obrigatoriedade que é conhecida”. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a20.html>>. Acesso em: 7 fev. 2014. <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a20.html>

<sup>2</sup> Marc-Antoine Jullien, *Essai sur une méthode qui a pour objet de bien régler l'emploi du temps, premier moyen d'être heureux; A l'usage des jeunes gens de l'âge de 16 à 25 ans; extrait d'un travail général, plus étendu, sur l'éducation*, Paris: Firmin Didot, 1808, 206 p. Nouvelle édition par Kareen Illiade sous le titre *Essai sur l'emploi du temps*, de M.-A. Jullien, Paris, Anthropos, 2006.

propôs manter três diários: o da sua saúde, o dos seus encontros e o do despertar de seu espírito.

Em 1839, a bordo do navio Beagle, Charles Darwin escreveu seu diário de pesquisa com observações sistemáticas sobre aspectos biológicos, geológicos e antropológicos que serviriam de base para a formulação de sua teoria da evolução.

Porém, foi talvez na antropologia que as peculiaridades e dificuldades associadas ao uso de diários, chamados então de “diários de campo”, começaram a ser debatidas no contexto da metodologia de pesquisa. Até o final do século XIX havia muito conhecimento acumulado sobre populações entre as quais viviam missionários, administradores e viajantes ocasionais. Essas informações eram transmitidas para pessoas dos países de origem, incluindo, entre elas, pesquisadores eruditos. Porém, a etnografia propriamente dita só teve início quando pesquisadores se deslocaram para fazer a pesquisa por eles próprios. Isso ocorreu na virada do século XX, tendo como importantes figuras Franz Boas e Bronislaw Malinowski (LAPLANTINE, 1988).

Para fins deste capítulo, que tem por objetivo o uso de diários como ferramenta de pesquisa, interessa-nos, sobretudo, o uso sistemático desse tipo de produção narrativa. Passar meses ou anos se dedicando a uma pesquisa *in loco* gera um acúmulo de textos, documentos e anotações. Essas anotações, mais ou menos sistemáticas, constituem-se muitas vezes importantes ferramentas de pesquisa e podem ser objeto de muita especulação, as quais incluem desde uma preocupação sobre o que e como se escreve até o modo como ocorre o processo de interpretação e a complicada questão da autoria.

Porém, em quaisquer de suas modalidades, os diários são **práticas discursivas**.<sup>3</sup> Ou seja, são linguagem em ação, cujos contextos de produção definem o gênero de linguagem a que pertencem e lhes dá conotações específicas: a linguagem intimista dos diários pessoais; a formalidade dos *log books*, a linguagem literária (ou jornalística) dos

---

<sup>3</sup> Os termos destacados em negrito estão definidos no Glossário de conceitos.

registros de eventos públicos; o estilo factual dos diários de pesquisa.

Na mesma medida, precisamos reconhecer que esses textos assumem nas vidas de quem escreve e de quem os lê muito mais do que uma simples relação entre linguagem e ação. São objeto de amor e ódio, a depender do momento de construção da pesquisa. São objeto de curiosidade por aqueles que alimentam o desejo de acessá-lo. Teme-se perdê-los, como a um amigo. Enfim, eles se constituem em ações que, portanto, produzem efeitos, mobilizam afetos, são atuantes em jogo.

### **O estatuto dos diários na pesquisa científica: companheiros atuantes**

Em nossa formação como pesquisadores/as, aprendemos que um capítulo metodológico é item obrigatório em uma pesquisa, no qual devemos incluir uma descrição dos procedimentos e materiais que utilizamos, ou seja, apresentar a “amostra”, os instrumentos e as estratégias que empregamos nas análises desenvolvidas. Em geral, nos é exigida sempre a “descrição do método de coleta dos dados” (SELLTIZ e colaboradores/as, 1974) ou dos meios usados para a “coleta de dados” (HAGUETTE, 1987). Há sempre uma preocupação com a “coleta e conservação” do material pesquisado (GOLDENBERG, 2004).

Assim, não poucas vezes, o “rigor” exigido em uma pesquisa está relacionado à descrição dos passos realizados. Tal descrição pode tornar-se apenas uma formalidade, com o intuito de sustentar a “objetividade” da ciência. Por outro lado – como defendemos aqui o modo como fazemos uma pesquisa (metodologia) – constitui-se como parte essencial para abertura de diálogo com outros pesquisadores e estudiosos sobre o tema pesquisado: “[...] o rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (SPINK, MJ; LIMA, 1999, p. 102).<sup>4</sup> Portanto, nem precisa ser um capítulo à parte de outros itens da pesquisa, mas, certamente, constitui-se da riqueza

<sup>4</sup> A presente obra também pode ser encontrada em versão digital: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 05 maio. 2014.

de descrições e argumentações sobre todos os caminhos desviados ou seguidos pelo pesquisador em seu trabalho.

Digamos que o/a pesquisador/a não conte com auxiliares em seu trabalho de pesquisa e que leve consigo máquina fotográfica, filmadora e um caderno para anotações. Esses objetos deverão ser descritos como instrumentos usados “na coleta de dados”. Porém, o que propomos é que tais instrumentos sejam considerados como participantes da pesquisa, tal como outros personagens nela envolvidos (pesquisador e entrevistados, por exemplo). Deter-nos-emos nos cadernos de anotações, conhecidos como “diários de campo”, tratando-os como “**atuantes**”.

Mobilizamos, em nossas pesquisas, **atores** que entram em relação, agenciando-se mutuamente. Bruno Latour (2001) os nominou de “actantes”.<sup>5</sup> O diário, como afirmamos, é um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar.

O diário consegue fundir as palavras e as coisas, à medida que as acolhe em suas páginas. E cada vez que tais páginas são abertas, abrem-se fluxos de possibilidades de comentários; abrem-se para o inédito.<sup>6</sup> O diário permite a impressão de notas (como na música) já ouvidas ou conhecidas, mas que serão montadas de outra forma produzindo certa “composição” (como as conclusões de uma pesquisa).

<sup>5</sup> Bruno Latour (2001) usa o termo “actante”. Porém, neste texto, optamos pelo uso do termo “atuante”, por ser a palavra existente na língua portuguesa cujo uso produz o efeito que o autor buscou ao usar o termo na língua inglesa (actante).

<sup>6</sup> Segundo Cunha (1998), “inédito” é uma palavra latina que deriva de “edição”, significando o que ainda não foi editado ou composto.

Propomos que o diário rompa com o mito do/a pesquisador/a solitário, mas, ao contrário disso, no uso recorrente que se faz dele, geralmente se realça tal mito, quando, continuamente, é tratado como um objeto inerte, no qual se gravam notas.

Tal tratamento advém da moderna separação entre humanos e objetos (ou natureza e humanidade), que gera estranhamentos à proposta que defendemos. Assim, “[...] a associação entre objetos e aconteceres parece estranha. (...) O objeto é nossa imagem do estável, do definido, do limitado e do determinado [...]” (TIRADO, 2011, p. 17).

Decididamente, não advogamos que o diário seja a “representação de si do pesquisador” na sua ilusão de dialogar consigo, como se existisse um “eu” predeterminado na simples “consciência de si”, valorada por ler no diário a sua “própria” voz. A experiência de “ouvir-se” no diário vai além de uma relação entre o/a pesquisador/a e um objeto (caderno de anotações) que se unem pela memória do que aconteceu (passado).

De modo adverso, essa relação remete à presentificação de toda a cadeia de relações que a pesquisa está proporcionando, num rompimento com o “[...] naturalismo no qual a memória é um reservatório de recordações possíveis [...]” (MÉLLO, 2006, p. 89), bem como perde importância uma suposta consciência direta (sem intermediações) do “fenômeno” pesquisado pela lembrança dos momentos da pesquisa. Para o/a autor/a, o que deve ganhar relevância são as análises das forças ou os dispositivos expressos nas **vozes** que agenciam e criam os acontecimentos pesquisados.

Os usos que fazemos de diários, inevitavelmente, afastam-se de uma postura contemplativa do pesquisador com “seu objeto de pesquisa” que é descrito e registrado seja em folhas de papel, em telas de computador ou outros instrumentos atuantes. Não se trata, portanto, do registro de “mera informação”, mas da produção de intensidades, materializadas em conceitos (mesmo se sejam registros de imagens, sons, ou “meras observações”): “Os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades que nos convêm ou não, que passam ou não passam” (DELEUZE, 1998, p. 10). Um diário é uma carto-grafia (grafia de uma comunicação) de

intensidades. O mapa ou mapeamento produzidos, como bem destacam Deleuze e Guattari, “[...] é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (1995, p. 22). Inscreve-se nele a intensidade de nossas impressões; traça-se um mapa de intensidades em um movimento sinuoso de ir e vir às anotações; e é esse processo que nomeamos de pesquisa.

Nesse sentido, sem a pretensão de apresentarmos aqui um glossário de bons termos ou de expressões mais adequadas ou coerentes com nossa perspectiva epistemológica, navegamos por dicionários etimológicos e encontramos algumas definições que nos podem ser úteis para pensarmos sobre o ato de produzirmos diários, como também sobre o próprio produto de uma observação.

Segundo o português José Pedro Machado (1997), as primeiras referências ao termo “registro” (um dos mais usuais quando falamos em observações no cotidiano), por exemplo, são do começo do século XIII. “Registrar” vem do Latim *regerere*, que significa “repor, tornar a trazer; ajuntar, reunir”. Tais concepções parecem estar fortemente arraigadas a um modo de produzir (e falar sobre) ciência que nos remete a uma visão do conhecimento como espelho da natureza (RORTY, 1994), à medida que parece pressupor a ideia de um campo de informações que antecede o/a pesquisador/a. Por associação, poder-se-ia pensar que este vai a campo para colher e depois reorganizar tais informações, recompondo-as.

O termo “anotações”, por sua vez, parece escapar a essa armadilha etimológica e epistemológica. As primeiras referências ao verbo “anotar”, segundo Houaiss (2001),<sup>7</sup> são do século XV, do latim *adnoto (annoto), as, ávi, átum, áre*, que significa simplesmente “fazer observações, tomar nota, observar, designar”. Tal formulação parece mais próxima ao modo como concebemos o ato de produzir informações durante observações em nossas pesquisas, uma vez

<sup>7</sup> Houaiss (2001) cita o Índice do Vocabulário do Português Medieval da Fundação Casa de Rui Barbosa. Vol. 1 [A] Rio de Janeiro, 1986. - Vol. 2 [B-C] 1988. - Vol. 3 [D] 1994 -- suplemento [A-C] (in Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa e do Liceu Literário Português, no 3, separata, Rio de Janeiro, 1992).

que não parece partir de uma realidade prévia à observação. Outro termo que talvez se adequasse muito bem a essa nossa postura sobre o fazer em ciência é “inscrição”, que, segundo Houaiss (2001), é datado do século XIX e vem do latim *inscribo, is, psi, ptum, bère*, que significa “escrever em; marcar, assinalar”. Tal expressão parece enfatizar o ato interventivo do pesquisador na produção dessas anotações. “Anotações”, “inscrições” ou quaisquer termos e expressões que se queira usar... o que precisa ficar claro é que o produto de uma observação, para nós, é mais do que uma forma de “atualizar” ou “representar” graficamente uma experiência. É, sim, a inauguração de outra(s).

### O que e como anotar: a produção de narrativas ficcionais

*A luz que eu vi naquele dia escuro e ruim  
Era a luz por encomenda para te filmar  
Teus gestos solitários pela lente sem fim  
E lento o tempo parecia desfocar  
Tanta coisa escapa sem o olho ver  
e às vezes as imagens vêm nos assaltar  
Ter te visto assim sem jeito e sem querer  
Foi o tiro certo pra começar*

(Música “A câmera que filma os dias”, de Ana Carolina)

Apesar dos hercúleos investimentos da indústria que alimentam a tecnologia da informação com vistas a registrar/regular nosso cotidiano, muita coisa que chamamos de “registro” é produzida por um enquadre ou uma lente, por uma “luz por encomenda” ou, como nos diz a música da cantora e compositora Ana Carolina, por uma coisa que “escapa sem o olho ver”, e ao mesmo tempo, muitas vezes, as imagens nos tomam de assalto e o acaso (“sem jeito e sem querer”) se impõe.

Assim, diante da impossibilidade concreta de darmos conta da completude das nossas experiências de pesquisa e da renúncia à fidedignidade em nossos relatos, a escolha do que anotar (entre trechos de falas, descrições de espaços, vestimentas, impressões sobre os interlocutores, nossas aspirações, frustrações e impressões) tornou-se uma tarefa de mais difícil gestão.

Com a “crise da representação” e a “virada etnográfica”, especialmente na década de 1980, conforme Irene Klinger (2007), a tarefa de produzir diários em pesquisa deixou de ser uma tentativa de aproximação à “realidade do nativo”. E expressões do tipo “ouvir a voz dos nossos informantes”, “aproximar-se do outro” ou “familiarizar-se com o estanho” foram progressivamente perdendo sentido, ou pelo menos foram sendo deslocadas em sua pretensão.

Assim, a partir das contribuições de Clifford Geertz (1989) e sua aposta na antropologia interpretativa (ou hermenêutica cultural), as anotações em pesquisas passaram a ser compreendidas como *interpretações* de segunda (quando anotamos) ou terceira mão (quando produzimos análises em articulação com a literatura): “Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão” (p. 26).

Para esse autor, o que produzimos são, portanto, narrativas ficcionais, compreendidas não como falseamento da realidade, mas como produção, construção: “Ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* [que em latim significa formação, criação] – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento” (GEERTZ, 1989, p. 26).

Assim, com base nessa leitura, podemos dizer que o que anotamos em nossas cadernetas ou em outros aparatos é, de fato, um conjunto de fragmentos (em formato de tópicos, trechos de fala, fluxos), que posteriormente são submetidos a uma organização narrativa.

Nesse processo, de modo deliberado ou não, alguns elementos são suprimidos e outros acrescentados, sob o argumento de tornar o texto mais “compreensível”, num constante e retórico processo de construção discursiva, que resulta invariavelmente na produção de efeitos de verdade.

Assim, para este autor, o valor de um diário está menos na sua vinculação com suposta observação verdadeira dos fatos “[...] ou com um certo ar de elegância conceitual” (p. 58) e mais na capacidade que essas produções têm de “[...] nos convencerem de

que o que dizem é o resultado de haverem realmente penetrado (...) em outra forma de vida, de terem, de um modo ou de outro, verdadeiramente ‘estado lá’” (GEERTZ, 1989, p. 58).

Em outras palavras, o que produzimos a partir de nossas anotações em pesquisa são ficções situadas que não têm qualquer compromisso com uma suposta verdade pré-discursiva de fatos, mas que estão amplamente comprometidas com os jogos de interpretações que se desenvolvem e nos quais estamos implicados (HESS, 2009).<sup>8</sup>

No caso particular do nosso grupo,<sup>9</sup> é importante salientar que esse debate tem constituído a base de vários esforços de pesquisa que têm adotado a observação como método e as “anotações” como instrumento, conforme descritos no capítulo 6.

Um deles é a dissertação de mestrado de Vera Mincoff Menegon (1998), que versava sobre as “conversas do cotidiano”, expressão usada pela autora para os diálogos produzidos em contextos informais e sem agendamento ou roteiro (diferentemente de entrevistas ou grupos focais). Essas conversas foram anotadas no diário da pesquisadora.

Interessada pela singularidade dessa prática discursiva, a autora propõe uma análise baseada em três orientações fundamentais: a compreensão dos jogos de enunciados (compreendidos como elos de uma corrente de outros enunciados);<sup>10</sup> a tipicidade da situação, ou seja, do contexto dialógico em que ocorre a conversa; e a inter-relação estabelecida entre o tempo curto da situação relacional e o contexto mais amplo de circulação das ideias numa dada cultura. Os “registros” (*sic*) produzidos em momentos posteriores à realização das conversas foram um grande desafio para a pesquisadora,<sup>11</sup> evidenciando-se a necessidade de um cuidado especial tanto em

<sup>8</sup> Recomendamos também a leitura da obra *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*, organizada por James Clifford e George Marcus, e outras produções de Clifford que focalizam a materialidade das produções textuais em observações etnográficas.

<sup>9</sup> Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos.

<sup>10</sup> Bakhtin (1994).

<sup>11</sup> No caso da autora, as conversas aconteciam em lugares e momentos dos mais inusitados, tais como mesas de bar, reuniões familiares, em bibliotecas públicas etc.

relação ao conteúdo do que se anotava (falas e situações) como em relação aos limites e às possibilidades de uma análise baseada em “registros” de campo dependentes da memória do pesquisador. Adicione-se a isso uma preocupação ética particular, à medida que a autorização pelo interlocutor era negociada *a posteriori*.

Outra contribuição vem das discussões sobre “**campo-tema**” propostas por Peter Spink (2003), para quem o campo não é o lugar onde vamos pesquisar, descrever ou falar sobre, pois “[...] ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes, também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo” (p. 25). Campo, portanto, são “[...] redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumultuado conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades” (p. 36). Assim, a compreensão de que “[...] o olhar de quem vê é parte do objeto observado” desloca consideravelmente nossa precária visão sobre as inscrições que produzimos em diários.

Essa discussão é potencializada no debate sobre observação “no” cotidiano proposto por Mary Jane Spink (2007), a partir do qual reafirma-se o lugar do/a pesquisador/a como participe da ação observada, uma vez que, como bem destaca a autora: “[...] fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações” (p. 07). Portanto, o uso da preposição “no” remete a uma postura metodológica específica, que sinaliza **posicionamentos** políticos sobre o fazer científico, rejeitando universais e a suposta neutralidade do/a pesquisador/a.

Mais recentemente, texto publicado por Benedito Medrado, resultante de um esforço coletivo de pesquisa,<sup>12</sup> provoca discussões sobre a nomeação das anotações que produzimos em pesquisas, cuja metodologia inclui (ou privilegia) a observação. Medrado e colaboradores (2011) optam pela expressão “diários de bordo”, enfatizando o uso do termo “diário” como produção narrativa

<sup>12</sup> Medrado e colaboradores (2011).

particular, produzida por um sujeito (no caso, o pesquisador), de modo processual, não no sentido de rotina ou de continuidade, mas no sentido de apropriação, construção singular (autoral, *fictio*) de uma viagem. Daí tomar de empréstimo a expressão náutica, deslocando-a de seu sentido original de “registro”. Sem a pretensão de servir-se de guia para outras viagens, mas simplesmente compartilhar trilhas, atalhos, obstáculos etc., o debate sobre os “diários de bordo” reafirma nosso compromisso com a leitura crítica sobre a suposta ou desejável descrição neutra, aproximando-se mais propriamente de uma etnografia hermenêutica que busca romper a dicotomia pesquisador-pesquisado e sujeito-objeto.

### Usos diversos

Essas várias experiências e leituras resultaram também em possibilidades diversas de uso dos diários, como ferramentas de pesquisa.

#### a) Diários como atuantes na pesquisa

Do ponto de vista da produção dos diários, há, entre nós, pesquisadores/as que atentam mais para o que os/as interlocutores/as dizem e para as trocas dialógicas em agenciamento; há outros/as que enfatizam mais as condições materiais (espaços, mobiliário, equipamentos, arquitetura espacial); e, ainda, os/as que se ocupam especialmente da dinâmica nas relações entre os interlocutores (jogos, tensões, fluxos etc.) ou a sequência dos acontecimentos. A ênfase é dada sobretudo pela escolha do “campo-tema” de pesquisa. Porém, com maior ou menor ênfase, esses três elementos (falas, contexto e dinâmicas) tendem a alinhar o tecido da narrativa que se configura num diário.

Além disso, em nosso grupo de estudos e pesquisas temos sempre estimulado os/as pesquisadores/as a se posicionarem nessa escrita, anotando, com pouca ou nenhum reserva, suas opiniões, impressões, incômodos, enfim “afetações” produzidas no encontro com os interlocutores. Muitas vezes, esse exercício de produzir posicionamentos ao longo da escrita dos diários resultam em importantes elementos para redação final da análise.

Nesse sentido, outro aspecto importante na redação de nossos diários é o que podemos definir como “condições prévias e posteriores” ao encontro com os/as interlocutores/as. Assim, muitas vezes, a produção dos diários começa a ser feita desde o momento em que o/a pesquisador/a decide ir onde os interlocutores estão e se prolonga até seu retorno à casa.

Do ponto de vista instrumental, há também em uso uma variedade de instrumentos, que incluem tradicionais cadernetas de pesquisa, mas não se limitam a elas. Em algumas de nossas pesquisas, por exemplo, temos usado aparelhos celulares (tipo *smartphone*, com aplicativo de bloco de notas) como suporte para as anotações que servirão de base para confecção de diários. Tal iniciativa tem produzido, em certos contextos (mais acostumados com esse tipo de dispositivo), interferências menos evidentes, favorecendo maior fluidez em alguns diálogos.

O uso de gravadores digitais, *notebooks*, *smartphones*, tabletes e outros dispositivos tecnológicos, certamente, pode ser de grande utilidade para um pesquisador experiente no uso dessas ferramentas. Vale salientar que alguns desses dispositivos acionam certos modos de escrita abreviada, o que pode facilitar a produção do arquivo (sempre seletivo) de informações relevantes e pontuais, porém, não prescinde do diário em si. Isso porquê muitas vezes é necessária uma organização posterior em formato de texto narrativo mais elaborado.

Do ponto de vista dos possíveis usos dos diários em nossas análises, destacamos, a seguir dois exemplos do uso de diários na fabricação de nossas pesquisas.

#### b) Diários como estratégia de adensamento das análises

Em algumas de nossas pesquisas os diários constituem-se em anotações que não visam constituir-se em nosso *corpus* de análise; ou seja, elas podem adensar nossas descrições ou servir de ilustração, dando um cunho pessoal ou um colorido expressivo ao trabalho de pesquisa, sem o compromisso de converter-se em

material discursivo a ser exaustivamente analisado. Nessa direção, esses trechos dos diários podem ser, por exemplo, introduzidos como interlúdios entre capítulos ou utilizados como citações com o mesmo estatuto daquelas decorrentes de entrevistas ou autores de suporte.

Por exemplo, a pesquisa de Maria Lucia Chaves, em tese defendida em 2013, teve por objetivo analisar os efeitos da política do “nome social” como estratégia de inclusão escolar de travestis e transexuais. Com esse intuito, a pesquisadora utilizou várias fontes de informação: documentos, entrevistas e observações. O diário, portanto, teve função de acompanhamento das experiências. Algumas de suas anotações foram utilizadas no formato de interlúdios, como informa a autora:

É importante sinalizar que após o capítulo metodológico não há separação entre capítulos teóricos e analíticos. As referências consultadas e os elementos produzidos na inserção do campo-tema (SPINK, P., 2003) se entrelaçam ao longo do texto. Além disso, os capítulos são estruturados a partir de interlúdios, pequenas histórias que dão o tom e as pistas das considerações por vir. Com efeito, são essas histórias fruto do meu encontro com diversos interlocutores, que animam as análises desenvolvidas (p. 16).

### c) Diários como texto que compõe nosso *corpus* de análise

Em outras pesquisas do nosso grupo, os diários constituem-se como produção discursiva privilegiada na pesquisa. Isso requer estratégias de catalogação para dar conta do vasto material discursivo que é assim organizado e reordenado, gerando um outro tipo de escrita. Por exemplo, Milena Lisboa (2013), em sua tese de doutorado, propôs-se a investigar como se configura a rede de atenção e cuidado destinada às pessoas em situação de rua em sofrimento mental. Como materialidade geofísica, a rua é o espaço delimitado por calçadas que, por sua vez, são formatadas por diversos tipos de edificações: casas, prédios, pontes, viadutos etc.

Mas como espaço de sociabilidade, a rua tem um caráter fluído. Pesquisar pessoas em situação de rua, portanto, apresenta consideráveis desafios. Para dar conta dessa fluidez, Lisboa adotou uma estratégia de pesquisa também móvel e maleável, que permitiu integrar “[...] os sujeitos da pesquisa (os profissionais da rede de atenção e as pessoas em situação de rua) e o contexto da rua (que por si só exige certa aproximação paulatina e certo respeito aos hábitos e pactos de circulação e de informação)” (p. 20). Assim, acompanhou uma equipe do Programa de Saúde da Família Sem Domicílio durante um ano, e, diante das dificuldades de gravação em áudio e vídeo, suas experiências foram densamente anotadas em diários.

Tal como discutimos anteriormente, essas anotações são prenes de posicionamentos pessoais, pautadas por vivências de atração e repulsa. No estranhamento propiciado pela releitura das observações e narrativas, foi possível à autora juntar esses fragmentos a partir de uma organização temática que possibilitou conectar os acontecimentos narrados à sua visão de mundo e às leituras político-ontológicas derivadas das referências teóricas e contextuais utilizadas.

Vale salientar que, segundo Lisboa (2013), essa escrita já se configurou, desde o princípio, como tarefa analítica:

Desse modo, a interpretação não está somente no momento de análise do diário de campo, mas antes mesmo – na própria escrita do diário. Esta primeira escrita, já necessariamente interpretativa, dialogava muito mais com os acontecimentos vividos e com as perspectivas dos participantes. Esta tese nada mais é do que uma segunda interpretação, uma volta a essa primeira narrativa, realizada dessa vez em diálogo mais profundo e mais explícito com o pensamento social, organizada em um argumento que pretende defender dialogicamente, segundo as regras e convenções da academia, algumas reflexões sobre o desabrigo e o sofrimento mental – ou se quisermos ser provocativos, algumas verdades em que aposto (p. 24).

A opção metodológica para a escrita da tese foi de priorizar cenas e casos que foram integrados com análises de cunho contextual e teórico. E a estratégia ética foi de apresentar e negociar as interpretações de autoria com os participantes da pesquisa, tanto com a equipe de Saúde da Família, como com as pessoas em situação de rua, quando possível.

Esse vasto material foi usado de formas muito distintas. Por vezes, tal como Lima (2013), os relatos foram apresentados na forma de “interlúdios” entre capítulos, a partir de narrativas disparadoras da reflexão feita no capítulo: uma espécie de divisor de temáticas. Além disso, em outras partes da tese, esse material foi usado como diálogos entre vivências anotadas em diários e informações de contexto obtidos em documentos e em textos teóricos. Ainda, foram tratados como instâncias de negociação de sentido, em diálogo explícito com pessoas com as quais interagiu. É o caso de Luís, o agente comunitário de saúde que foi um guia precioso para a pesquisadora entender o contexto da vida na rua. Durante boa parte de sua vida, ele havia vivido na rua e se envolvido com o tráfico de drogas. Hoje agente comunitário da saúde, com base em sua experiência pregressa é um “interprete” importante que possibilita criar vínculos entre os moradores da rua e profissionais da saúde.

O texto da história de Luís foi escrito a duas mãos. Em princípio, uma conversa no bar sobre sua vida havia sido anotada no diário. Na época, esse relato foi lido para o agente, mas na correria do dia a dia não havia sido possível inserir as complementações que ele queria fazer. Lisboa relata que:

Três anos depois, no entanto, por ocasião da escrita da tese, a releitura deste relato produzido a partir do diário de campo gerou novas inquietações e curiosidades. E assim, enviei o texto por *e-mail* a ele com perguntas que me inquietaram e pedi para ele responder aquelas que fizessem sentido para ele e escrever o que mais quisesse. Também pedi para que ele assinalasse os trechos que não gostou, ou que precisassem ser reescritos ou mesmo deletados. (p. 49)

Essa história foi apresentada na tese na forma de fragmentos organizados linearmente, incluindo anotações do diário e sequência de perguntas e respostas entre a pesquisadora e Luís. Por exemplo (p.51):

Diário (30/10/2012):

Antes de fazer 18 anos foi pego pela FEBEM, e conseguiu fugir dois anos depois.

Pergunta Milena (outubro de 2012):

Quantos anos você tinha na época? O que fez para ser pego pela FEBEM?

Como foi na FEBEM?

Resposta de Luís (outubro de 2012):

Fui levado para FEBEM várias vezes, mas sempre dei fuga (dos nove anos até os doze); depois fiquei internado até perto de completar meus dezoito anos, aí fugi e nunca mais retornei. Na época, minha família que pediu para eu ser internado, pois temia por minha vida devido às más condutas que eu estava tendo nas ruas.

### **No afã de não concluir...**

As linhas a partir das quais costumamos este texto não resultam numa trama fechada, amarrada, atada. Os argumentos, exemplos, narrativas e associações que produzimos tiveram, sobretudo, o objetivo de evidenciar que os diários potencializam nossas pesquisas, quando os retiramos da sombra, configurando-os como espectros importantes na luz que se refrata no campo-tema.

Esse exercício visa, assim, descolar os diários da condição de “arquivo-morto” ou de “meio” de acesso à experiência, para torná-los companheiros que, noite e dia, nos acompanham abrindo-se e fechando-se para impressões de toda ordem: dos deslumbramentos às decepções; das desconfianças aos questionamentos à incerteza que mobiliza.

Talvez nossos diários devessem seguir no rumo da liberdade apontado pelo personagem de *Memórias do subsolo*, de Dostoiévski, sem ordenamentos limitantes ou cronologia preestabelecida: “Não quero constranger-me a nada na redação das minhas memórias. Não instaurei nelas uma ordem nem um sistema. Anotarei tudo o que me vier à lembrança” (2004, p. 53).

Ao mesmo tempo, no diálogo com o/a leitor/a, os diários, em função de seu caráter provisório, precário e parcial, têm sempre uma potência criativa: sendo revisitados, relidos, reposicionados, reescritos. Um “arquivo vivo” que nasce cada vez que se abre para nova escrita ou nova leitura. Existe e se faz no tempo, na promessa cotidiana de vivência cúmplice e solidária (tornando as pesquisas menos solitárias), resultando em algo que não se limita às condições de sua produção, nem à sua suposta autoria original. Aparentemente imóvel, cresce e nos mobiliza na pesquisa.

### Referências

BAKHTIN, Mikhail. The problem of speech genres. In: EMERSON, Caryl e Michael Holquist (Eds.), *Speech Genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1994, p. 60-102.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (Orgs.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DELEUZE, Gilles. *Diálogos/Gilles Deleuze, Claire Parnet*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, SP, Editora 34, 2000.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HESS, Remi. O momento do diário de pesquisa na educação. *Ambiente & Educação*, [s.l.], v. 14, p. 61-87, 2009.

\_\_\_\_\_. O momento do diário, o diário dos momentos. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 89-104.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LAPLANTINE, Françoise. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LATOUR, Bruno. A. *Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP, Brasil, EDUSC, 2001.

LIMA, Maria Lucia Chaves. *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LISBOA, Milena S. *Os loucos de rua e as redes de saúde mental: os desafios do cuidado no território e a armadilha da institucionalização*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa; 3. ed., 5 vol., 1977.

MEDRADO, Benedito e colaboradores. Paternidades no cotidiano de uma unidade de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In: Maria Juracy Filgueiras Toneli; Benedito Medrado; Zeidi Araújo Trindade; Jorge Lyra. (Org.). *O pai está esperando? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, , p. 189-211.

MÉLLO. Ricardo Pimentel. A construção de sentidos. In: \_\_\_\_\_. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 65-98.

MENEGON, Vera Mincoff. *Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SELLTIZ, Claire.; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de D. Moreira Leite. São Paulo: EPU, 1974.

SPINK, Mary Jane. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-14, abr. 2007.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93-122.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003.

TIRADO, Felix. *Los objetos y el acontecimiento*. Teoría de la socialidad mínima. Barcelona: Amentia Editorial, 2011.